

A morada dos deuses

Rubi Rodrigues

Provocação que iniciou o primeiro encontro de 2012 das Segundas Filosóficas realizado em Brasília, na noite de 13 de fevereiro e que serviu de abertura para os trabalhos do ano. O registro foi feito a pedido dos pensadores que não puderam comparecer.

O esforço filosófico distingue-se do esforço científico em diversos aspectos, mas particularmente porque a Filosofia busca a totalidade, procura aquilo que possui escopo universal, enquanto a ciência costuma ser especialista e analítica e, nesse sentido, volta-se para o particular, para a parte, isso porque supõe que analisando e compreendendo adequadamente as partes adquire também compreensão de particularidades que apesar de contidas nas partes, possuem validade universal. A grosso modo, podemos considerar que o filósofo tende para a generalidade, enquanto o cientista tende para a especificidade. Ambos, a seu modo, buscam invariantes universais.

Os seres humanos nascem naturalmente no âmbito de uma família singular, tanto em termos geográficos como em termos culturais, localizada no tempo e no espaço. São todos submetidos a um processo muito particular de aculturação e desenvolvem uma experiência única de vida. Cada um percorre caminho próprio de descobertas, de oportunidades, de incentivos, castrações, temores, conflitos, alegrias. Enfim, cada um acumula uma bagagem muito particular de experiências que se revela de crucial importância, dado ser essa experiência que lhe fornece referência para avaliar e interpretar o mundo cotidiano. Em consequência, nesse processo, cada homem forja uma personalidade humana própria, que em face dessas circunstâncias, revela-se em boa parte fruto aleatório e fortuito do imponderável e do acaso, justificando porque não existem dois homens iguais, ainda que sejam irmãos gêmeos. Na mesma medida, compreende-se que em face dessa formação, a competência cognitiva média ou típica esteja voltada para a contemplação das partes, do detalhe, da miudeza do contexto circundante e, na mesma medida, resulte muito mal preparada para contemplar as universalidades próprias da Filosofia.

Sendo essas circunstâncias estruturais e invariantes, ao contemplar conceitos dotados de universalidade, convém que todos coloquem em suspeição a sua capacidade interpretativa naturalmente adquirida, de sorte a manter seu espírito aberto para a recepção do novo. Não se trata de desprezar a personalidade humana forjada nas lides do espaço e do tempo ou de considerá-la inútil para o que aqui se tratará, mas simplesmente de evitar que o novo seja rejeitado liminarmente apenas porque se afigura estranho ou não familiar ao saber acumulado e que não se paralise o esforço de compreensão em razão desse estranhamento. O processo de formação da personalidade certamente já habilitou suficientemente a consciência de cada um para o exercício de operações lógicas e racionais seguras, e essa habilitação também certamente pode salvaguardar-nos de absurdos, mesmo quando postos diante de conceitos inusitados.

Requisitada essa abertura mental para o novo, cumpre reconhecer que nos dias atuais a ciência representa o processo inquisidor dotado de maior credibilidade entre os homens, sendo o cientista aquele que desfruta do prestígio de ser o profissional melhor preparado para perscrutar a natureza. A ciência moderna, como sabemos, persegue a certeza lógica. Em razão disso, contempla e privilegia situações invariantes nas quais as respostas não sejam aleatórias. Como resultado, restringe seu foco à materialidade e o seu conceito de verdade a relações estáveis que detecta entre causa e efeito. Mune-se, assim, da certeza lógica propiciada pela lógica aristotélica do terceiro excluído, mas aprisiona, em contrapartida, o pensamento científico em um horizonte de causalidade. Com isso, ao se lançar na busca da origem do mundo, retrocede no tempo até a grande explosão na qual supostamente originaram-se átomos e galáxias e ali normalmente tende a parar e dar-se por satisfeita. A ciência refere-se ainda ao que existia antes, como sendo um oceano caótico de energias que teria gerado as gigantescas pressões necessárias à explosão. Na verdade, o pensamento científico carece de alicerce para seguir adiante sem cair em contradição, e normalmente não ultrapassa esse limite. Retrocedendo para além do Big Bang, de um lado torna-se impossível à ciência, depois das descobertas da Astrofísica do século XX, sustentar a eternidade do oceano de energias. De outro lado, caso admitisse que essas energias surgiram e se acumularam até se instalar a condição explosiva, teria também que admitir que lá no princípio houve um momento em que apenas um primeiro quantum de energia estava presente.

Nesse caso, ao procurar por sua origem, teria então que admitir ter sido ele gerado ou surgido a partir do nada, o que, desde Parmênides, vinte e cinco séculos atrás, a razão não pode aceitar, e mesmo porque contradiz frontalmente a lei da causalidade que justamente fundamenta o modo científico de pensar.

Isso não configura uma derrota da ciência, apenas indica que foi atingido o limite de alcance do paradigma imanente e nos alerta para a necessidade de providenciar primeiro um paradigma científico mais abrangente, caso insistamos em seguir adiante.

Nos anais da filosofia, além das percepções de Parmênides e de outros, consta que Santo Anselmo, na Idade Média, já tinha, a seu modo, se postado diante desse quantum de energia que inaugurava o universo e enfrentado a situação. Fez isso dando um passo a mais: eliminou o quantum inaugural e perguntou se então ainda existiria alguma coisa ou se, ao contrário, não existiria mais nada. Naturalmente Santo Anselmo, reconhecendo-se fenômeno integrante do mundo que acabara de ser esvaziado, não esperava encontrar algo ao alcance de seus recursos ordinários de percepção e inquiria por algo que transcendia o seu *campo de visão*. Dessa inquirição, resultou certa dúvida, na medida em que a questão admitia duas respostas logicamente possível, mas ao mesmo tempo lhe forneceu também uma certeza: qualquer que fosse a resposta, tratava-se de algo único, infinito e absoluto, uma vez que não estava presente uma segunda ocorrência capaz de oferecer-lhe limites. Ora, o que além de ser ontologicamente único, também não possui limitação, afigura-se infinito, e o que é infinito nessas condições, resulta ser também absoluto. Com isso, ele pode concluir que sendo o caso de não existir nada, essa não existência seria necessariamente absoluta e sendo o caso de existir algo, esse algo também seria necessariamente absoluto. Daí a sua conclusão de existir algo de feição absoluta do qual decorre o mundo relativo, uma vez que admitir o contrário implicaria no absurdo de defender que esse mundo teria origem em um nada absoluto. Esse raciocínio foi oferecido por Santo Anselmo como prova da existência de Deus. A Filosofia contempla essa perspectiva enfrentada por Santo Anselmo com a disciplina denominada de Metafísica e que algumas vezes tem sido confundida com a própria Filosofia. A Metafísica, como a entendemos, possui o sentido de *filosofia primeira* que lhe conferiu Aristóteles, mas em lugar de tratar do ente dado, contempla a existência e define a existência como ato de ser. Amparada

nas mesmas razões de Santo Anselmo, essa Metafísica divide seu campo de caça em dois âmbitos: um âmbito absoluto e um âmbito relativo e designa as manifestações positivas nesses dois âmbitos, respectivamente, de Ser Absoluto e de Ser Relativo. Consequentemente, em face das razões já indicadas, consolida um modelo interpretativo segundo o qual a existência relativa possui origem em uma existência absoluta.

Não se conhece registro de contestações à maneira como a Metafísica organiza seu campo de atuação e, modernamente, nem mesmo questionamentos quanto à feição relativa do universo em que vivemos. O que alguns contestam e outros não admitem é a existência extra-consciência do Ser Absoluto. Esses entendem que a exigência lógica de uma origem absoluta para justificar o advento do mundo relativo não serve de prova cabal e definitiva de que essa instância absoluta de fato exista objetivamente. Pode tratar-se de mero fenômeno mental, alegam.

Esse questionamento coloca em cheque não apenas a prova apresentada por Santo Anselmo, mas, também, a validade da própria Metafísica e precisa ser entendido filosoficamente como aspecto mais frágil da concepção clamando por reforma ou por argumentos mais consistentes.

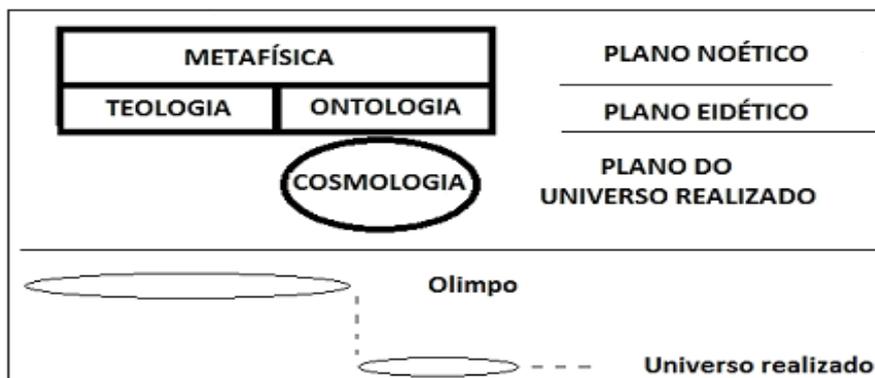
Esse problema admite solução lançando-se mão dos conceitos *noético* e *eidético* que são, digamos, termos técnicos da filosofia, surgidos ainda na Grécia Clássica. *Noético* indica o que pertence à mente, ao entendimento e aos esquemas interpretativos. Fadas, gnomos e duendes, por exemplo, são conceitos *noéticos*, admitidos pela mente para facultar certos entendimentos. Aqui, o critério de não aceitabilidade e de exclusão compreende apenas o absurdo, tal como o nada ser fonte de alguma coisa ou a parte ser maior que o todo. *Eidético*, por seu turno, indica aquilo que além de ser pensado, também integra o mundo objetivo. A chamada lei da gravidade nos fornece um exemplo claro: de algum modo o pensado está presente na realidade e o fato de todas as pessoas descerem dos edifícios usando elevadores ou escadas e não tentando flutuar até ao chão, saindo pelas janelas, indica que se trata de uma convicção generalizada.

Com esses dois conceitos torna-se possível reorganizar a Filosofia de modo a atender a objeção esgrimida. Em primeiro lugar, é indispensável distinguir Filosofia de Metafísica especificando precisamente seus conteúdos e propósitos.

Na sequência, cumpre derivar dessa Metafísica, duas disciplinas complementares: a Ontologia e a Teologia e limitar o escopo da Filosofia apenas a essas três disciplinas. Dessa maneira obtemos uma Filosofia claramente definida pela abrangência limitada a três disciplinas: Metafísica, Teologia e Ontologia. Nesse contexto, a Metafísica preserva seu foco tradicional centrado no Ser manifesto enquanto Ser Absoluto e enquanto Ser Relativo, mas ganha o detalhe de assumir o caráter de disciplina meramente *noética*. Metafísica torna-se então a disciplina noética inaugural da Filosofia com missão de fornecer-lhe alicerce. Com isso o argumento de Santo Anselmo pode ser universalmente aceito e essa Filosofia adquire uma base solidamente estabelecida. Dessa Metafísica inaugural, podemos então derivar uma Teologia e uma Ontologia, estas sim, na condição de disciplinas eidéticas, a quem cabe responder pelas condições existenciais do Ser, em suas expressões absoluta e relativa. Por consequência, demonstrar a existência extra-consciência do Ser Absoluto, passa a ser problema da Teologia e demonstrar a existência extra-consciência do Ser Relativo, passa a ser problema da Ontologia.

Posta essa trilogia básica, impõe-se criar também uma Cosmologia, destinada a contemplar e reunir todo o conhecimento inerente ao mundo relativo efetivamente realizado. O mundo dentro do qual se encontra o fenômeno humano. Com isso, essa Ontologia fica localizada na fronteira entre a Metafísica e a Cosmologia, conforme já tinha sido requerido por Mário Ferreira dos Santos, (2001) e fica igualmente implícito constituir propósito dessa Ontologia definir as condições segundo as quais a existência pode ocorrer ou pode dar-se neste universo. Nessas condições, a Ontologia resulta ser anterior a qualquer conceito inerente ao mundo realizado que conhecemos, posto que agora tais conceitos pertencem ao âmbito da Cosmologia. Observe-se, portanto, que essa nova Filosofia situa-se em patamar superior ao patamar no qual se localiza a Cosmologia que trata do universo particular em que estamos emersos e se configura como conhecimento anterior a qualquer universo virtualmente existente e não apenas anterior ao universo que conhecemos. Possivelmente tenha sido em face dessa percepção que a mitologia grega cunhou a figura do Olimpo, a morada dos deuses, que segundo consta, tinha uma janela a partir da qual os deuses observavam o mundo dos homens. Dado que essa Ontologia que ora se propõe configura igualmente uma janela para o mundo realizado, cumpre examinar, com aquiescência de Zeus, o que dela se descortina.

Fig. 01 – Estrutura geral de uma concepção filosófica de nível Olímpico



Essa Ontologia já foi concebida e se encontra plenamente formalizada (Rodrigues, 2011). Ao ocupar a posição mencionada no contexto desta Filosofia, assume o encargo de definir as condições segundo as quais a existência pode dar-se neste universo, o que efetivamente realiza especificando o Logos segundo o qual esse mundo pode ser pensado e interpretado, mas também segundo o qual a própria natureza objetiva se desdobra e se realiza. Com isso, esse Logos Normativo mapeia o percurso que começa no elemento mais simples conhecido, representado pelo quanta de energia que inaugura o universo e culmina no fenômeno mais complexo de que temos notícia: uma consciência dotada de inteligência capaz de compreender o próprio universo. Dado que esse Logos desempenha tanto papel subjetivo, na condição de referencial cognitivo, quanto papel objetivo, na condição de estrutura ontológica segundo a qual o mundo objetivo se realiza, resulta evidente seu papel normativo e plenamente justificado porque o seu modelo descritivo recebe a designação de Logos Normativo. Observe-se que caso essa Ontologia convincentemente trace e esclareça o percurso que vai da maior simplicidade quântica conhecida, ao fenômeno mais complexo que detectamos no universo, sem deixar nada a descoberto, o modelo revela-se um paradigma de validade científica, independentemente da solução que a Teologia venha a produzir e independentemente da nossa competência em compreender a instância absoluta.

Esse modelo, que descreve a configuração existencial de todos os fenômenos, possui formato geométrico e vislumbra uma realidade dimensionalmente organizada. Isto deve-se, de um lado, ao fato de ser essa descrição esclarecedora de como a complexidade se realiza, e de outro, por se tratar do modelo capaz de harmonizar-se com as determinações da Metafísica da qual essa Ontologia deriva, isto é, a concepção segundo a qual a existência relativa deriva de uma existência absoluta. Segundo esse modelo, todos os fenômenos que se manifestam no mundo relativo emergem nesse mundo por um movimento transcendental e ocupam um campo existencial próprio composto de cinco instâncias dimensionais complementares. A emersão se dá por transcendência na primeira dimensão, que é a dimensão de menor amplitude e depois se desdobra em mais quatro instâncias dimensionais a fim de viabilizar a amplitude requerida para comportar a complexidade factual dos fenômenos. O fenômeno surge na primeira dimensão para depois desdobrar-se em duas, três e quatro dimensões mais amplas e cumulativas até atingir completude em uma instância de totalidade. Com isso o modelo dimensional estabelece a senda segundo a qual a complexificação fenomênica do mundo se realiza. No sentido inverso, porém, esse percurso exige logicamente uma instância adimensional como sendo a fonte transcendental dos fenômenos. Ora, o adimensional representa justamente a instância geométrica capaz de comportar atributos absolutos e com isso o modelo geométrico se harmoniza plenamente com os ditames da Metafísica. Esse ajuste se efetua com tanta precisão que somos levados a pensar que apenas um modelo geométrico e dimensional pode fornecer paradigma que seja simultaneamente metafísico e científico.

Nesse modelo, a primeira dimensão comporta o Ser dos fenômenos e o exame da amplitude unidimensional nos permite compreender algo desse Ser. A amplitude unidimensional é aquela contida em uma reta ideal que resulta do deslocamento de um ponto em um mesmo sentido. Usando a figura de uma reta ideal para vislumbrar a primeira dimensão, podemos verificar que o movimento possível nessa instância está limitado a três momentos. Num primeiro momento, o movimento surge; no segundo, se estende e permanece por algum tempo e no terceiro o movimento cessa. Nesse âmbito de uma só dimensão (a dimensão do sentido da reta), nenhum movimento diferente é possível, além desse surgir/persistir/cessar e o único Ser que pode ali transitar é um ponto, comumente conceituado, isto é, como “um lugar no espaço

desprovido de dimensão”. Portanto, o Ser Absoluto revela-se adimensional, virtualmente estático e o Ser Relativo como movimento existencial, manifesto com amplitude unidimensional. Obviamente, essa constatação implica revisões conceituais profundas em diversos saberes da tradição, que aqui nesta rápida reflexão, temos que deixar de lado.

Na segunda dimensão, esse Ser revela uma estrutura determinante da compleição a ser desenvolvida pelo fenômeno emergente e que resulta típica da espécie à qual o fenômeno vai pertencer no âmbito da diversidade universal. Na terceira dimensão, o fenômeno adquire determinada compleição material e em se tratando de uma espécie dotada de vida, um organismo apto a preservá-la. Na quarta dimensão, o fenômeno adquire um tempo existencial privativo que indica o período durante o qual o fenômeno desenvolve sua *ontogênese* e consegue preservar a organização conquistada. Um tempo que finda quando a entropia ou um acidente desarticula essa organização para além do grau mínimo de organização necessário à preservação da vida. Finalmente, ao atingir a instância de totalidade preconizada pelo Logos, o fenômeno adquire completude e se estabiliza na existência.

Por esse motivo, o modelo denomina de transcendental o movimento típico da primeira dimensão, dado que ele explica o surgimento do Ser na existência relativa, sua permanência ali por algum tempo e depois também justifica a sua saída dessa existência. Dado que todas as manifestações existenciais conhecidas apresentam esse comportamento e enquanto uma presença de comportamento distinto não for identificada, o padrão pode e deve ser admitido como padrão universal. A tese do Logos Normativo defende que essa transcendência do Ser, o reiterado desdobramento de quatro dimensões cumulativas, bem como o alcance da instância de totalidade, denunciam a presença de um impulso para a complexidade permeando toda a estrutura. Esse impulso para a complexidade foi registrado por Parmênides, que percebeu que a natureza toda manifestava “um ímpeto de ser”, mas pode ser percebido em todas as instâncias da natureza, mesmo nas instâncias mais complexas da vida humana, manifesto na condição de intencionalidade, vontade, desejo de progresso, etc. Esse impulso para a complexidade emerge com o movimento transcendental que liga o absoluto ao relativo e se estende pela estrutura do Logos preservando a mesma orientação no sentido de crescente complexidade. Ao atingir e esgotar, porém, a quarta dimensão, em lugar de desdobrar o que

seria uma quinta dimensão, volta a se manifestar como movimento transcendental típico, atingindo diretamente a totalidade. Com isso verifica-se que o modelo do Logos Normativo comporta dois movimentos transcendentais, o primeiro na base da estrutura e o segundo no topo, entre a quarta dimensão e a totalidade e a genialidade da arquitetura universal começa a tornar-se evidente.

De um lado, a comparação desses dois movimentos, tendo em conta que o segundo movimento transcendental conecta as partes do fenômeno com sua totalidade, permite inferir os princípios que regem todo movimento transcendental, a saber: 1. A transcendência faz surgir o que até então não existia; 2. Ocorre sempre uma mudança de natureza; 3. O que surge é sempre unitário, embora a origem possa ter a mais ampla diversidade. Esse resultado conceitual, deixa o movimento transcendental plenamente definido e caracterizado, vale dizer, com valor científico. De outro lado, a conjugação dessas duas aberturas transcendentais, na base e no topo do modelo, conferem à estrutura a propriedade de conectar entre si os níveis de complexidade organizativa que se sucedem na natureza e de responder pela construção da complexidade universal conhecida. Com o concurso do movimento transcendental, fica claro porque o elétron possui propriedades que não estão presentes nos quantas de energia que o formam. Do mesmo modo, se explica porque os átomos possuem propriedades que não estão contidas nas partículas atômicas ou porque as moléculas possuem propriedades que não estão presentes nos seus átomos. A genialidade dessa arquitetura consiste no fato de quanta, elétron, átomo, molécula, organismo, planeta, pensamento, evento, ato e tudo o mais que se manifesta presente no mundo relativo, comungar o mesmo padrão existencial modelado pelo Logos Normativo. Uma mesma estrutura formativa replicando-se ao infinito e gerando todas as coisas pela simples ação de um impulso para a complexidade. Com isso também fica claro que o movimento transcendental constitui ocorrência muito comum e frequente na natureza. Como explicar sem ele que um avião tem a propriedade de voar, sendo que essa propriedade não está presente nas peças usadas para montá-lo?

Deixando o estudo mais detalhado dessa estrutura e das questões que ela suscita para outro momento, cumpre destacar, nesta oportunidade, o fato de

que, apesar do modelo do Logos Normativo indicar um processo de complexificação, que tem início na simplicidade radical da instância unidimensional e que se estende até a complexidade máxima representada pela totalidade, quantitativamente, essa estrutura começa e termina na unidade. Começa na unidade indivisível e indecomponível do Ser que se manifesta como movimento existencial na primeira dimensão e culmina como totalidade que ultrapassa a mera soma das partes, mas se revela como unidade composta, uma vez que é constituída de partes. Dado ser essa mesma estrutura que se replica para viabilizar a manifestação existencial do universo em todos seus estágios de complexidade e em todas as suas manifestações, resulta que será sempre o Ser a manifestação mais simples em todos os estágios e será uma consciência dotada de inteligência suficiente para pensar e compreender o próprio universo, a totalidade mais complexa virtualmente viável. Ainda que essa identificação do ponto culminante de complexidade, em termos de um universo que na maior parte desconhecemos, precisa ser posta de forma muito provisória, no caso deste planeta e das espécies de vida aqui conhecidas, em particular da espécie humana, parece justificável entender que a consciência humana constitua a totalidade mais complexa existente ou ao menos, a mais complexa de que se tem notícias.

Ora, se isso se sustenta, temos então que retornar ao Olimpo, assumir a perspectiva ontológica própria da janela que descortina o mundo dos homens e voltar a contemplar o universo a partir dessa nova perspectiva. O que então se vislumbra? Vê-se o fenômeno humano manifesto em cinco instâncias existenciais complementares. Na primeira dimensão do humano, o Ser; na segunda, uma estrutura determinante particular da espécie; na terceira, um organismo material emerso no espaço universal; na quarta, um tempo privativo do indivíduo também emerso no tempo universal e na instância de totalidade, uma consciência capaz de compreender e entender o mundo. Vemos que em cada uma dessas instâncias vigora uma lei existencial própria e privativa e que apenas o organismo e a personalidade humana formada pelos sentidos orgânicos, estão sujeitos às leis do tempo e do espaço e que tanto o Ser como a estrutura e a consciência estão situados fora do espaço e do tempo. Compreende-se assim que o fenômeno humano comporta uma existência que se estende por cinco instâncias dimensionais e conseqüentemente, por cinco instâncias existenciais. Logo Ser, estrutura e consciência, constituem

componentes do fenômeno humano que não estão sujeitos às leis do espaço e do tempo. Por isso pode a consciência deslocar-se no tempo e no espaço sem qualquer dificuldade e aqui mesmo nesta análise estivemos antes do Big Bang e também estivemos no Olimpo sem qualquer dificuldade.

Mas, se isso, então, do um ao um, do um indivisível ao um composto e total, desdobra-se o universo realizado: o mundo dos homens. Será mesmo um mundo dos homens? Ou será apenas o complexo industrial engendrado pelo Ser para tornar uma consciência adimensional meramente potencial, em consciência real, composta e operativa? Será o universo o local onde o Ser constrói consciências para si?

Vemos o mundo mineral servir de pasto para o mundo vegetal; vemos o mundo vegetal servir de pasto para o mundo animal; vemos o mundo animal servir de pasto ao homem e agora, também se compreende a quem o homem serve. Ao que o Logos indica, o homem, expresso enquanto personalidade humana forjada nas lides do espaço e do tempo, objetiva exercitar uma consciência e torná-la apta para as operações do Ser ou até quem sabe visando despertar um Ser adormecido nas entranhas da matéria e torná-lo autoconsciente. Já ouvimos isso de Ouspensky, Gurdjieff, Blavatsky e de toda a tradição sufis. Despertar um Ser consciente de sua não sujeição às leis do espaço e do tempo, um Ser capaz de livrar-se das amarras espaço-temporais e assim ascender ao Olimpo, abrir a janela para o mundo que comporta os homens, compreender o universo e sua finalidade e dar-se conta de que no final das contas a obra também é sua.

E a personalidade humana? A personalidade humana pode, num primeiro momento, desacreditar, dado que não encontra, nas lições do espaço e do tempo, instrumentos referenciais para lançar uma visada olímpica. Pode, na sequência, sentir desconforto, por descobrir-se dispensável e descartável, mas no final há de regozijar-se ao perceber que cumpriu a sua missão e ao retrair-se para facultar a manifestação do Ser, poderá desfrutar da serenidade de quem se livrou das contingências do espaço e do tempo, uma vez que a experiência que a constituiu, estará sempre instrumentalizando o Ser.

Caros pensadores presentes nesta Segunda Filosófica de 13 de fevereiro de 2012. Percebo pelo olhar que todos os presentes ascenderam ao Olimpo e dado que apenas o Ser pode fazer isso, conclui-se que deixaram as respectivas personalidades humanas no mundo.

Minerva! Acenda por gentileza a chama da sabedoria.

Baco! Sirva o melhor néctar de sua adega.

Sentemo-nos todos ao redor da fogueira que os filhos pródigos que retornaram à casa paterna vão nos contar de suas aventuras pelo mundo dos homens.

Bibliografia

RODRIGUES, Rubi Germano. **Filosofia: A Arte de Pensar**. São Paulo: [Madras](#), 2011, 168 p.

SANTOS, Mário Ferreira dos. **Platão – o um e o múltiplo**. Comentários sobre Parmênides. São Paulo, IBRASA, 2001. 277 p.